

João Quinelato de Queiroz

# Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias

CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO OBJETIVA

*Prefácio*

Gustavo Tepedino

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais  
[Lei 13.709/18]

Conforme o Marco Civil da Internet  
[Lei 12.965/14]

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

**Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais**

Alexandre Ferreira Mattioli e Juliana Mayumi Ono

**Gerente de Conteúdo**

Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

**Editorial:** Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

**Estagiários:** Aline Pavanelli e João Victor Sales

**Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital**

**Gerente de Conteúdo**

Milisa Cristine Romera

**Especialistas Editoriais:** Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

**Analista de Projetos:** Jéssica Viana Bezerra

**Analistas de Operações Editoriais:** Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

**Analistas de Qualidade Editorial e ProView:** Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

**Estagiária:** Rebeca Crespo Rangel

**Capa:** Linotec

**Líder de Inovações de Conteúdo para Print**

Camilla Furegato da Silva

**Gerente de Operações e Produção Gráfica**

Maurício Alves Monte

**Analista de Produção Gráfica:** Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Queiroz, João Quinelato de  
Responsabilidade civil e novas tecnologias : critérios de imputação objetiva / João Quinelato de Queiroz. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-1612-1

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil 3. Inovação tecnológica 4. Responsabilidade (Direito) I. Título.

24-196148

CDU-347.51(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Responsabilidade civil : Direito civil 347.51(81)  
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	7
PREFÁCIO .....	11
NOTA DO AUTOR.....	15
INTRODUÇÃO.....	17
1. INSUFICIÊNCIA DAS TEORIAS DO RISCO E CRITÉRIOS ATUAIS DE AFERIÇÃO DO RISCO NO REGIME DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.....	43
1.1. Insuficiências das teorias tradicionais do risco: teoria do risco criado, risco-proveito, risco da atividade, risco integral .....	45
1.2. Critérios legais e doutrinários na interpretação da atividade arriscada: a delimitação dos requisitos “por sua natureza”, “normalmente desenvolvida”, o preço do prêmio, a regulação da atividade e a potencialidade de risco qualitativa e quantitativa da atividade.....	65
1.3. Horizontes de novas formas de aferição do risco: o papel da experiência estrangeira para delimitação do risco .....	77
2. CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA: PROPOSTAS DE RENOVADOS CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO OBJETIVA EM PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL.....	93
2.1. A caminho de uma cláusula geral de risco nas novas tecnologias: a relevância do estudo da atividade <i>in concreto</i> .....	96
2.2. Critérios para o reconhecimento do risco e a imputação objetiva.....	102
2.2.1. A previsibilidade: o dano deve ser previsível para o desenvolvedor da atividade .....	106
2.2.1.1. Os riscos do desenvolvimento, o artigo 931 do Código Civil e o dever de indenizar .....	115
2.2.2. A antijuridicidade: o risco deve ser antijurídico .....	133
2.2.3. A inevitabilidade: o risco não poderia ter sido eliminado com a adoção de deveres preventivos e razoáveis.....	146

3. A DEFINIÇÃO DO RISCO EM NOVAS TECNOLOGIAS .....	165
3.1. A solução-tampão: seguros obrigatórios, fundos de ressarcimento coletivos e patrimônios de afetação.....	169
3.2. O risco e o regime de responsabilidade civil no tratamento de dados pessoais.....	174
3.2.1. A responsabilidade proativa e os deveres de precaução na proteção de dados pessoais .....	184
3.2.2. O teste dos critérios: a imprevisibilidade, a antijuridicidade e a inevitabilidade.....	188
3.3. O risco nas atividades dos provedores de aplicações no âmbito do Marco Civil da Internet.....	195
3.3.1. A responsabilidade civil dos provedores de aplicações por conteúdos gerados por terceiros e a inconstitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet.....	210
3.3.2. O teste dos critérios: a imprevisibilidade, a antijuridicidade e a inevitabilidade.....	227
3.4. O risco e a imputação objetiva na aplicação da Inteligência Artificial.....	235
3.4.1. O nexo de imputação: a quem cabe o dever de indenizar dos danos causados pelos sistemas de inteligência artificial?.....	241
3.4.2. Os possíveis regimes de responsabilidade civil na aplicação da inteligência artificial.....	248
3.4.3. Teste dos critérios: a imprevisibilidade, a antijuridicidade e a inevitabilidade.....	259
CONCLUSÃO.....	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	277
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	291